

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – ORIGENS, CONCEITOS E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO 35

1. O DIREITO ADMINISTRATIVO	35
1.1. Origem do direito administrativo	35
1.2. Conceito de direito administrativo	36
1.2.1. Critério legalista ou exe- gético	36
1.2.2. Critério do Poder Execu- tivo	37
1.2.3. Critério do Serviço Pú- blico	37
1.2.4. Critério finalístico ou te- leológico	37
1.2.5. Critério das relações ju- rídicas	38
1.2.6. Critério negativista ou residual	38
1.2.7. Critério da Administração Pública	38
1.3. Administração Pública	40
1.3.1. Funções administrativas e funções políticas (ou de governo)	40
1.3.2. Administração Pública em sentido subjetivo	41
1.3.3. Administração Pública em sentido objetivo	42

1.3.4. Administração Pública em sentido operacional	43
--	----

2. SISTEMAS ADMINISTRATIVOS

2.1. Contencioso administrativo (sis- tema francês)	44
2.2. Jurisdição una (sistema inglês)	44

3. FONTES DO DIREITO ADMINIS- TRATIVO

3.1. Fontes escritas e não escritas	45
3.1.1. Leis (juridicidade)	45
3.1.1.1. Tratados internacio- nais	45
3.1.2. Doutrina	46
3.1.3. Jurisprudência	46
3.1.3.1. Jurisprudência oriun- da de controle con- centrado de consti- tucionalidade e sú- mulas vinculantes	47
3.1.4. Costumes	47
3.1.5. Precedentes administra- tivos	48

4. COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR EM DIREITO ADMINISTRATIVO

4.1. Reserva de lei complementar	51
---------------------------------------	----

5. CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DI- REITO ADMINISTRATIVO

52

CAPÍTULO 2 – REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO 59

1. COMO ESTUDAR REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	59
2. REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO	60
2.1. Regime jurídico de direito privado aplicável à Administração Pública	61
2.2. Conteúdo do regime jurídico administrativo	62
2.2.1. Interesse público primário e secundário	63
2.2.2. Supremacia do interesse público	63
2.2.3. Indisponibilidade do interesse público	67
3. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EXPRESSOS	69
3.1. Legalidade	70
3.1.1. Legalidade estrita, legitimidade e juridicidade	72
3.1.2. Deslegalização	74
3.2. Impessoalidade	74
3.3. Moralidade	76
3.3.1. Vedação ao nepotismo	78
3.4. Publicidade	80
3.5. Eficiência	83
3.5.1. Princípio da eficiência nos diversos dispositivos constitucionais	83
4. PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS E/OU INFRACONSTITUCIONAIS	84
4.1. Razoabilidade e proporcionalidade	84
4.1.1. Princípio da razoabilidade	85
4.1.2. Princípio da proporcionalidade	85

4.2. Princípio da autotutela	86
4.2.1. Prazo decadencial para o exercício da autotutela	87
4.2.2. Contraditório e ampla defesa na autotutela	88
4.2.3. Princípio da sindicabilidade	89
4.3. Princípio da tutela ou controle	89
4.4. Princípio da especialidade ou descentralização	89
4.5. Princípio da continuidade dos serviços públicos	89
4.6. Princípio da segurança jurídica	91
4.7. Princípio da confiança e boa-fé 93	
4.7.1. <i>Venire contra factum proprium</i> e confiança legítima	94
4.8. Princípio da motivação	96
4.8.1. Motivação contextual e aliunde	96
4.8.2. Motivo x motivação	96
4.9. Princípio da realidade	97
4.10. Princípio da consensualidade e da participação	98

CAPÍTULO 3 – PODERES ADMINISTRATIVOS 105

1. COMO ESTUDAR PODERES ADMINISTRATIVOS	105
2. INTRODUÇÃO	106
2.1. Conceito de poderes administrativos	106
2.2. Poder-dever	106
2.3. Abuso de poder	106
3. PODER NORMATIVO	109
3.1. Conceito e fundamentos	109
3.2. Poder normativo x poder regulamentar	109

4.2.3. Classificações	161	6.5. Autarquização de empresas estatais	186
4.2.4. Nomeação e exoneração de dirigentes	162	6.6. Participação do Estado como acionista minoritário	187
4.2.5. Autarquias podem sofrer danos morais?	163	7. AGÊNCIAS EXECUTIVAS	189
4.3. Autarquias profissionais (conselhos de classe)	163	7.1. Contrato de gestão da agência executiva	190
4.3.1. Situação específica da OAB	165	7.2. Quais as vantagens de uma agência executiva	191
5. FUNDAÇÕES PÚBLICAS	166	8. AGÊNCIAS REGULADORAS	192
5.1. Fundações públicas e privadas	167	8.1. Atividade de regulação	194
5.2. Natureza jurídica das fundações públicas	168	8.1.1. Poder normativo das agências e deslegalização	194
5.3. Criação e extinção	169	8.2. Autonomia administrativa	196
5.4. Prerrogativas	169	8.2.1. Nomeação, mandato e estabilidade dos dirigentes	197
5.5. Regime de pessoal	170	8.2.2. Ausência de recurso hierárquico impróprio	198
5.6. Fiscalização pelo Ministério Público	171	8.2.3. Maior autonomia financeira	199
6. EMPRESAS ESTATAIS	172	8.3. Processo decisório das agências reguladoras	199
6.1. Conceito e características	173	8.3.1. Análise de impacto regulatório	200
6.1.1. Criação e extinção	176	8.3.2. Reuniões deliberativas ...	201
6.1.2. Criação e extinção de empresas subsidiárias	177	8.3.3. Consulta e audiência pública	201
6.1.3. Regime de pessoal de empregados e dirigentes	178	8.4. Prestação de contas e controle social	202
6.1.4. Regime jurídico dos advogados das empresas estatais	181	8.5. Interação entre as agências reguladoras e os órgãos de defesa da concorrência	203
6.2. Objeto de atuação (prestação de serviços públicos ou exploração de atividade econômica)	181	8.6. Articulação entre agências reguladoras	203
6.2.1. Exploradoras de atividade econômica	182	8.7. Articulação com os órgãos de defesa do consumidor e do meio ambiente	204
6.2.2. Prestadoras de serviço público	183		
6.3. Atos e contratos	185		
6.4. Falência	186		

8.8. Interação operacional entre as agências reguladoras federais e as agências reguladoras estaduais, distritais e municipais	204	5.1. Competência	236
8.9. Termo de ajustamento de conduta e agências reguladoras	204	5.1.1. Características da competência	237
8.10. Teoria da captura	205	5.1.2. Vício na competência	238
9. CONTRATO DE DESEMPENHO (LEI 13.934/19)	207	5.2. Finalidade	239
9.1. Conceito de contrato de desempenho	207	5.2.1. Vício na finalidade	239
9.2. Objetivo do contrato de desempenho	209	5.3. Forma	240
9.3. Cláusulas obrigatórias	209	5.3.1. Forma x formalidade	242
9.4. Obrigações das partes	210	5.3.2. Vício na forma	243
9.5. Rescisão do contrato	210	5.4. Motivo	243
CAPÍTULO 5 - ATOS ADMINISTRATIVOS 225		5.4.1. Motivo x motivação	244
1. COMO ESTUDAR ATOS ADMINISTRATIVOS	225	5.4.2. Teoria dos motivos determinantes	246
2. ATOS ADMINISTRATIVOS	226	5.4.3. Motivo x móvel	246
2.1. Conceito	226	5.4.4. Vício no motivo	247
2.2. Atos administrativos como atos jurídicos	228	5.5. Objeto	247
2.3. Atos administrativos x atos da administração	228	5.5.1. Vício no objeto	249
2.4. Fatos administrativos	229	6. ATRIBUTOS DO ATO ADMINISTRATIVO	249
2.4.1. Silêncio administrativo ...	230	6.1. Presunção de legitimidade	250
3. EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA	231	6.2. Imperatividade	251
3.1. Efeitos dos atos administrativos	233	6.3. Autoexecutoriedade	252
4. MÉRITO ADMINISTRATIVO	233	6.4. Tipicidade	254
4.1. Controle judicial sobre o mérito administrativo	234	7. CLASSIFICAÇÕES DE ATOS ADMINISTRATIVOS	255
5. ELEMENTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	235	7.1. Atos simples, complexos e compostos	256
		7.1.1. Ato simples	256
		7.1.2. Ato complexo	257
		7.1.3. Ato composto	259
		7.2. Atos vinculados e discricionários	259
		7.3. Atos gerais e individuais	260
		7.4. Atos constitutivos, declaratórios e enunciativos	261

7.5. Atos de império, de gestão e de expediente	261	9.5.4. Anulação	275
7.6. Atos válido, nulo, anulável e inexistente	262	9.5.5. Revogação	277
8. ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS	264	10. CONVALIDAÇÃO OU SANATÓRIA ..	279
8.1. Atos normativos	265	10.1. Defeitos sanáveis	280
8.1.1. Decreto	266	10.2. Modalidades de convalidação ..	280
8.1.2. Regimento	267	10.3. Convalidação é ato discricionário ou vinculado?	281
8.1.3. Resolução e instrução normativa	267		
8.2. Atos ordinatórios	267	CAPÍTULO 6 – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	291
8.3. Atos negociais ou de consentimento	268	1. COMO ESTUDAR RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	291
8.3.1. Autorização	269	2. NOÇÕES GERAIS	291
8.3.2. Permissão	269	2.1. Independência das esferas de responsabilização	291
8.3.3. Licença	269	2.2. Sujeitos da responsabilidade civil do Estado	292
8.3.4. Demais atos negociais ...	270	3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA	293
8.4. Atos enunciativos	271	3.1. Teoria da irresponsabilidade do Estado	293
8.4.1. Pareceres	271	3.2. Teoria da responsabilidade com culpa (teoria subjetiva civilista)	295
8.4.2. Certidões	272	3.3. Teoria da culpa administrativa (teoria subjetiva administrativista)	295
8.4.3. Atestados	272	3.4. Teoria do risco administrativo (teoria objetiva)	296
8.4.4. Apostilamentos	272	3.5. Teoria do risco integral (teoria objetiva extremada)	298
8.5. Punitivos	272	4. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA CF/88	301
9. EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	273	4.1. Agentes da responsabilidade civil do Estado	301
9.1. Extinção formal ou natural	273	4.1.1. Pessoas jurídicas responsáveis	302
9.2. Extinção subjetiva	274	4.1.2. Agentes do Estado	304
9.3. Extinção objetiva	274		
9.4. Extinção por vontade do particular	274		
9.5. Extinção por ato da administração	274		
9.5.1. Caducidade	274		
9.5.2. Contraposição	275		
9.5.3. Cassação	275		

4.1.3. Duplicidade das relações jurídicas – aplicabilidade da teoria da dupla garantia	305	6.1.2. Leis inconstitucionais	326
4.2. Responsabilidade objetiva	306	6.1.3. Omissão legislativa	326
4.2.1. Pressupostos da responsabilidade objetiva	307	6.2. Responsabilidade por atos jurisdicionais	327
4.2.2. Responsabilidade por atos lícitos	308	6.2.1. Erro judiciário	327
4.3. Responsabilidade por omissão do Estado	310	6.2.2. Prisão além do tempo fixado na sentença	328
4.3.1. Pessoas sob custódia do Estado – presidiários, hospitalizados e estudantes – teoria do risco criado	312	6.2.3. Demora na prestação jurisdicional	328
4.4. Teorias explicativas do nexo de causalidade	314	6.3. Responsabilidade dos notários e registradores	329
4.5. Excludentes de responsabilidade	315	6.4. Danos causados por obras públicas	330
4.5.1. Culpa da vítima (exclusiva ou concorrente)	315	6.5. Danos ao meio ambiente e omissão estatal	330
4.5.2. Caso fortuito e força maior	316		
4.5.3. Fato exclusivo de terceiros	318		
5. AÇÕES JUDICIAIS DE RESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO	318	CAPÍTULO 7 – LICITAÇÕES	337
5.1. Ação de reparação do dano ..	318	1. COMO ESTUDAR LICITAÇÕES	337
5.2. Ação de regresso	319	1.1. Vigência e regime de transição – afinal, que lei está valendo?	337
5.3. Denúnciação da lide	320	1.1.1. Período de convivência entre a Lei 14.133/21 e o regime anterior	338
5.4. Prazo prescricional	322	1.1.2. Licitações iniciadas pelo regime da Lei 8.666/93 ou da Lei 10.520/02 e não concluídas no biênio de vigência	339
5.4.1. Prescrição para as ações de ressarcimento ao erário	324	1.2. Os tipos penais da Lei 8.666/93 foram imediatamente revogados	339
6. TEMAS ESPECIAIS	325	1.3. Prazo especial para municípios de até 20.000 (vinte mil) habitantes cumprirem a nova lei ...	340
6.1. Responsabilidade por atos legislativos	325	2. CONCEITO E FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL	340
6.1.1. Leis de efeitos concretos e danos desproporcionais	326	2.1. Dispositivos constitucionais	341
		2.1.1. Art. 22, XXVII, CF/88 ...	341
		2.1.2. Art. 37, XXI, CF/88	342

2.1.3. Art. 173, § 1º, III, CF/88	343	5.8. Novidade da Lei 14.133/21 – Princípio da celeridade	360
2.1.4. Art. 175, CF/88	343	6. ATUAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS NAS LICITAÇÕES	361
3. OBJETIVOS DAS LICITAÇÕES	343	6.1. Diferença conceitual entre autoridade e agente público	361
3.1. Função regulatória da licitação	344	6.2. Requisitos para que o agente público possa atuar no procedimento licitatório	361
3.2. Licitação verde ou sustentável	345	6.3. Agente de contratação	362
3.3. Novo objetivo acrescentado pela Lei 14.133/21 – evitar sobrepreços, preços inexequíveis e superfaturamento	345	6.4. Comissão de contratação	362
4. ENTES SUJEITOS À LICITAÇÃO	347	6.5. Vedações aos agentes públicos que atuam em licitações	363
5. PRINCÍPIOS	349	6.6. Possibilidade de defesa dos agentes públicos e autoridades pela advocacia pública (importantíssimo para concursos de procuradoria)	364
5.1. Moralidade e probidade administrativa	351	7. CRITÉRIOS DE JULGAMENTOS DAS PROPOSTAS	365
5.1.1. Pessoas que não podem concorrer na licitação	352	7.1. Menor preço	366
5.2. Vinculação ao edital	352	7.2. Maior desconto	367
5.3. Julgamento objetivo	353	7.3. Melhor técnica ou conteúdo artístico	367
5.4. Igualdade e competitividade	354	7.3.1. Procedimento de melhor técnica na Lei 8.666/93	367
5.4.1. Exceção ao princípio da igualdade – empate em igualdade de condições ...	356	7.3.2. Procedimento de melhor técnica na Lei 14.133/21	369
5.4.2. Exceção ao princípio da igualdade – margem de preferência na Lei 14.133/21	357	7.4. Melhor técnica e preço	370
5.4.3. Exceção ao princípio da igualdade – contratação restrita a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País	358	7.5. Maior lance ou oferta	370
5.5. Procedimento formal	359	7.6. Maior retorno econômico	371
5.6. Novidade da Lei 14.133/21 – Princípio do planejamento	360	8. MODALIDADES DE LICITAÇÃO	372
5.7. Novidade da Lei 14.133/21 – Princípio da segregação de funções	360	8.1. Modalidades previstas na Lei 8.666/93 e na Lei 10.520/02	372
		8.1.1. Fracionamento do objeto da licitação na Lei 8.666/93	374

8.2. Modalidades previstas na Lei 14.133/21	375	10.1.5. Audiência e consulta públicas	393
8.3. Pregão	375	10.2. Divulgação do edital de licitação	393
8.3.1. Procedimento do prego gão	375	10.2.1. Aprovação jurídica	393
8.4. Concorrência	376	10.2.2. Publicação do edital	394
8.4.1. Procedimento da concor- rência	376	10.2.3. Impugnação ao edital	395
8.5. Concurso	377	10.3. Apresentação de propostas e lances	395
8.6. Leilão	377	10.3.1. Prazos para apresentação das propostas	395
8.7. Diálogo competitivo – novidade da Lei 14.133/21	378	10.3.2. Modo de disputa	396
8.7.1. Hipóteses de cabimento do diálogo competitivo .	379	10.3.3. Garantia da proposta	397
8.7.2. Rito procedimental do diálogo competitivo	379	10.4. Julgamento das propostas	398
9. PROCEDIMENTOS AUXILIARES	381	10.4.1. Negociação com o ven- cedor	399
9.1. Credenciamento	381	10.5. Habilitação	399
9.1.1. Hipóteses de cabimento do credenciamento	382	10.5.1. Habilitação jurídica	400
9.2. Pré-qualificação	383	10.5.2. Habilitação técnica	400
9.3. Procedimento de manifestação de interesse – PMI	384	10.5.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista	401
9.4. Sistema de registro de preços	384	10.5.4. Habilitação econômico- -financeira	402
9.4.1. Adesão à ata de registro de preços	385	10.6. Fase recursal	403
9.5. Registro cadastral	387	10.7. Encerramento da licitação	403
10. PROCESSO LICITATÓRIO NA LEI 14.133/21	387	10.7.1. Saneamento de irregula- ridades	404
10.1. Fase preparatória	388	10.7.2. Revogação da licitação	404
10.1.1. Plano de contratação anual	390	10.7.3. Anulação da licitação	405
10.1.2. Estudo técnico prelimi- nar	390	10.7.4. Adjudicação e homologa- ção	405
10.1.3. Termo de referência	391	11. VEDAÇÃO À AQUISIÇÃO DE BENS DE LUXO – NOVIDADE DA LEI 14.133/21	405
10.1.4. Orçamento da contrata- ção	392	12. ALIENAÇÃO DE BENS	405
		12.1. Alienação de bens imóveis	406

12.1.1. Dispensa de licitação para alienar bens imóveis	407
12.1.2. Direito de preferência para o ocupante do imóvel	409
12.2. Alienação de bens móveis	409
12.2.1. Dispensa de licitação para alienar bens móveis	409
13. CONTRATAÇÃO DIRETA: DISPENSA E INEXIGIBILIDADE	410
13.1. Inexigibilidade	412
13.1.1. Fornecedor exclusivo	413
13.1.2. Profissional do setor artístico	414
13.1.3. Serviços técnicos especializados	415
13.1.4. Credenciamento	417
13.1.5. Aquisição ou locação de imóveis	418
13.2. Dispensa	418
13.2.1. Incisos I e II – Baixo valor	419
13.2.2. Inciso III – Licitação deserta e fracassada	420
13.2.3. Inciso IV – Dispensa em razão do objeto	421
13.2.4. Incisos VI e VII – Dispensa em razão das circunstâncias	423
13.2.5. Inciso VIII – Casos de emergência ou calamidade	423
13.2.6. Inciso IX – Contratação de órgão ou entidade da Administração	425
13.2.7. Incisos X a XVI – Hipóteses diversas	425
13.2.8. Situações que deixaram de ser hipóteses de dispensa de licitação com a Lei 14.133/21	427

CAPÍTULO 8 – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 451

1. COMO ESTUDAR CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	451
2. NOÇÕES GERAIS	452
2.1. Contratos da administração	453
2.2. Conceito de contratos administrativos	454
2.3. Competência legislativa	455
2.4. Características fundamentais ...	455
2.4.1. Formalismo (moderado) ..	456
2.4.2. Onerosidade e comutatividade	460
2.4.3. Contrato de adesão	460
2.4.4. Caráter intuitu personae (personalíssimo)	460
2.4.5. Desequilíbrio a favor da Administração	461
2.5. Aspectos importantes da formalização dos contratos na Lei 8.666/93	462
3. CLÁUSULAS NECESSÁRIAS	463
4. CLÁUSULAS EXORBITANTES	465
4.1. Alteração unilateral do contrato	465
4.2. Rescisão unilateral do contrato	468
4.3. Fiscalização	469
4.3.1. Fiscalização do contrato e responsabilidade subsidiária do Estado nos contratos de terceirização	470
4.4. Aplicação de sanções	471
4.4.1. Sanções na Lei 8.666/93	471
4.4.2. Sanções na Lei 14.133/21	472

4.5. Ocupação temporária	473	9.2.1. Duração de até 5 anos para serviços contínuos	490
4.6. Exigência de garantias	474	9.2.2. Hipóteses em que se pode celebrar contratos de até 10 anos	491
4.6.1. Seguro-garantia com cláusula de retomada (inovação da Lei 14.133/21) ..	475	9.2.3. Duração de até 15 anos para contratos envolvendo tecnologia da informação	492
4.7. Restrições à exceção do contrato não cumprido	476	9.2.4. Duração de até 35 anos para contratos que gerem receitas ou contratos de eficiência	492
5. ALOCAÇÃO DE RISCOS NA LEI 14.133/21	477	9.2.5. Contratos com prazo de vigência indeterminado ..	493
6. EXECUÇÃO DO CONTRATO	478	9.2.6. Contratos com escopo predefinido	493
6.1. Reserva de vagas para pessoas com deficiência e execução dos contratos	479	10. EXTINÇÃO DOS CONTRATOS	493
7. ALTERAÇÃO BILATERAL DO CON- TRATO	479	10.1. Anulação	494
8. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINAN- CEIRO	480	10.2. Rescisão na Lei 8.666/93	495
8.1. Formas de manutenção do equi- líbrio	481	10.2.1. Rescisão unilateral	496
8.1.1. Reajuste em sentido es- trito	482	10.2.2. Rescisão amigável	497
8.1.2. Repactuação	482	10.2.3. Rescisão judicial	497
8.1.3. Recomposição ou revisão de preços	483	10.3. Extinção na Lei 14.133/21	498
8.2. Teoria da imprevisão	484	10.3.1. Extinção por ato unilateral da Administração	498
8.2.1. Fato do príncipe	485	10.3.2. Extinção consensual e meios alternativos de resolução de disputas	500
8.2.2. Fato da Administração ...	486	10.3.3. Extinção por decisão ar- bitral ou judicial	501
8.2.3. Caso fortuito e força maior	487		
8.2.4. Interferências imprevis- tas	487		
9. DURAÇÃO (VIGÊNCIA) DOS CON- TRATOS	488	CAPÍTULO 9 - CONSÓRCIOS PÚBLICOS E CONVÊNIOS	507
9.1. Duração dos contratos na Lei 8.666/93	488	1. COMO ESTUDAR CONTRATOS AD- MINISTRATIVOS	507
9.2. Duração dos contratos na Lei 14.133/21	490	2. CONSÓRCIOS PÚBLICOS	508
		2.1. Consórcios públicos x consór- cios administrativos	508
		2.2. Conceito e natureza jurídica ...	508

2.2.1. Regime jurídico dos consórcios públicos	510	CAPÍTULO 10 – SERVIÇOS PÚBLICOS	533
2.2.2. Privilégios dos consórcios públicos	512	1. COMO ESTUDAR SERVIÇOS PÚBLICOS	533
2.3. Entes consorciados	513	2. CONCEITO	534
2.4. Criação de consórcios públicos	514	2.1. Escolas de conceituação de serviços públicos	534
2.4.1. Protocolo de intenções ...	514	3. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	536
2.4.2. Autorização legislativa ...	516	3.1. Titularidade dos serviços públicos	537
2.4.3. Celebração do contrato do consórcio e personificação	516	4. CLASSIFICAÇÕES	538
2.4.4. Contrato de rateio	517	4.1. Quanto aos destinatários	538
2.4.5. Contrato de programa ...	518	4.2. Quanto à forma de prestação ...	539
2.5. Retirada, alteração, extinção e exclusão	519	4.3. Quanto ao objeto	539
2.5.1. Retirada	519	5. PRINCÍPIOS	540
2.5.2. Alteração ou extinção ...	519	5.1. Princípio da continuidade na prestação	540
2.5.3. Exclusão	520	5.1.1. Hipóteses de interrupção dos serviços	541
2.6. Responsabilidade dos entes consorciados	521	5.1.2. Interrupção do fornecimento por inadimplência do Poder Público	541
2.7. Controle pelos Tribunais de Contas	521	5.2. Princípio da generalidade	542
2.8. Consórcios públicos e princípio da intranscendência subjetiva das sanções	522	5.3. Princípio da modicidade das tarifas	542
3. CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS ..	523	5.4. Princípio da atualidade	543
3.1. Regras para a celebração de convênios	524	5.5. Princípio da mutabilidade	543
3.2. Distinção entre convênios e outros instrumentos	525	6. FORMAS DE PRESTAÇÃO	544
3.2.1. Contratos administrativos x convênios	525	7. CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	545
3.2.2. Consórcios públicos x convênios	526	7.1. Autorização legislativa	546
3.2.3. Instrumentos da Lei 13.019/14 x convênios ..	526	7.2. Poder concedente	547
3.3. Convênios e transferências de recursos federais	527	7.2.1. Direitos e deveres do poder concedente	547
		7.3. Concessionária	549

7.3.1. Responsabilidade civil das concessionárias	550	10.4. Garantias prestadas pelo poder público	572
7.4. Política tarifária	551	10.4.1. Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas ..	572
7.5. Usuários dos serviços públicos	553	10.5. Sociedade de propósitos específicos	573
7.6. Especificidades do procedimento licitatório nas concessões ...	554	CAPÍTULO 11 – TERCEIRO SETOR	581
7.7. Especificidades do contrato nas concessões	557	1. COMO ESTUDAR TERCEIRO SETOR	581
7.7.1. Prazo e prorrogação	557	2. INTRODUÇÃO	582
7.7.2. Utilização de arbitragem	557	2.1. Terceiro setor	583
7.7.3. Subcontratação e subconcessão	558	2.2. Publicização dos serviços não exclusivos do Estado	584
7.7.4. Transferência da concessão ou do controle societário	559	3. SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS	584
7.7.5. Assunção do controle da concessionária pelos financiadores	559	4. ENTIDADES DE APOIO	587
7.7.6. Fornecimento de garantia para financiamentos	560	5. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS – OS	588
7.8. Intervenção	560	5.1. Conceito	588
7.9. Formas de extinção	561	5.2. Qualificação como OS	589
8. PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	563	5.3. Áreas de atuação da OS	590
8.1. Diferenças entre permissão e concessão	564	5.4. Contrato de gestão	591
8.2. Permissão de uso de bem público x permissão de serviços públicos	565	5.5. Perda da qualificação	593
9. AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	566	5.6. Incentivos que a OS recebe do poder público	593
10. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS ..	567	5.7. Regime de pessoal	594
10.1. Concessão patrocinada x concessão administrativa	567	5.8. Principais características das OS	594
10.2. Restrições e cláusulas específicas	569	6. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIP	595
10.3. Especificidades do procedimento licitatório	571	6.1. Conceito	595
		6.2. Qualificação como OSCIP	596
		6.3. Perda da qualificação	599
		6.4. Termo de parceria	599

6.5. Semelhanças entre OS e OSCIP	600	2.5. Direito administrativo do medo	624
6.6. Diferenças entre OS e OSCIP	600	2.6. Apagão das canetas	624
7. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – OSC	601	2.7. Principais alterações na Lei de Improbidade Administrativa e a Legitimidade exclusiva do Ministério Público	625
7.1. Quais entidades podem ser OSC	601	2.8. Previsão constitucional	626
7.2. Hipóteses de inaplicabilidade da Lei 13.019/14	603	2.9. Natureza jurídica	627
7.3. Instrumentos de parceria	603	2.10. Improbidade administrativa x crimes de responsabilidade	629
7.4. Procedimento de manifestação de interesse social	604	3. ELEMENTOS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	630
7.5. Chamamento público	605	3.1. Sujeito ativo	630
7.6. Hipóteses de dispensa e ineligibilidade	607	3.1.1. Agentes públicos na lei de improbidade	630
7.7. Vedações	609	3.1.2. Gestor de recursos públicos	632
7.8. Contratações realizadas pela OSC	610	3.1.3. Terceiros que cometem atos de improbidade	632
7.9. Prestação de contas	611	3.1.4. Pessoas jurídicas podem ser sujeitos ativo de improbidade?	633
7.10. Sanções à entidade	612	3.1.5. Foro por prerrogativa em atos de improbidade	634
7.11. Suspensão do instrumento ou complementação em virtude da Covid-19 – Lei 14.215/21	613	3.2. Sujeito passivo	634
CAPÍTULO 12 – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	621	3.3. Ato danoso de improbidade	635
1. COMO ESTUDAR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	621	3.3.1. Atos que importam em enriquecimento ilícito	636
2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	622	3.3.2. Atos que importam em dano ao erário	638
2.1. Aplicabilidade da Lei 8.429/92 a fatos pretéritos	622	3.3.3. Atos que atentam contra os princípios da Administração	641
2.2. Aplicabilidade retroativa das modificações promovidas pela Lei 14.230/21	622	3.3.4. Condutas que deixaram de ser ato de improbidade	643
2.3. Direito Administrativo sancionador e aplicação da norma mais benéfica ao réu	623	3.4. Elemento subjetivo: dolo	644
2.4. Razões teóricas para a reforma: direito administrativo do medo e o “apagão das canetas”	624	4. SANÇÕES	645

4.1. Ressarcimento em favor da pessoa jurídica prejudicada	648	9.5.6. Delação premiada e improbidade administrativa	664
4.2. É possível que ocorra cassação de aposentadoria como sanção por improbidade?	649	10. PRESCRIÇÃO	664
5. DOSIMETRIA DA PENA	650	10.1. Suspensão do prazo prescricional	665
5.1. Unificação das sanções impostas em diferentes sentenças	651	10.2. Interrupção do prazo prescricional e prescrição intercorrente	665
6. RESPONSABILIDADE DO SUCESOR	651	10.3. As causas interruptivas da prescrição se comunicam para os demais réus e para os demais fatos	666
7. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO ESTATUTO DA CIDADE	652	10.4. Irretroatividade das novas normas relativas ao prazo prescricional	667
8. DECLARAÇÃO DE BENS	653	10.5. Imprescritibilidade da sanção de ressarcimento ao erário decorrente de ato doloso de improbidade	667
9. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E PROCESSO JUDICIAL	653	CAPÍTULO 13 – CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO	677
9.1. Representação à autoridade	653	1. COMO ESTUDAR CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO	677
9.2. Informações do procedimento ao MP e ao TC	654	2. INTRODUÇÃO	677
9.3. Possibilidade de abertura de inquérito civil	654	2.1. Conceito	677
9.4. Medidas cautelares	655	3. CLASSIFICAÇÕES	679
9.4.1. Indisponibilidade de bens	655	3.1. Quanto à posição hierárquica do controlador	679
9.4.2. Tutelas provisórias do CPC	658	3.1.1. Controle interno	679
9.4.3. Afastamento do agente público	658	3.1.2. Controle externo	679
9.5. Aspectos processuais	658	3.1.3. Controle social	680
9.5.1. Propositura da ação e contestação	659	3.2. Quanto ao órgão	680
9.5.2. Defesa realizada pela advocacia pública	660	3.2.1. Controle administrativo ...	681
9.5.3. Tipificação judicial do ato de improbidade	660	3.2.2. Controle legislativo ou parlamentar	681
9.5.4. Sentença	661	3.2.3. Controle judicial	681
9.5.5. Acordo de não persecução cível	662	3.3. Quanto ao momento	682
		3.3.1. Controle prévio	682

3.3.2. Controle concomitante ..	682	6.2. Formas especiais de controle jurisdicional sobre a Adminis- tração	702
3.3.3. Controle posterior	682	6.3. Mandado de Segurança	702
3.4. Quanto à natureza	683	6.3.1. Cabimento, objeto e pra- zo	702
3.4.1. Controle de legalidade ..	683	6.3.2. Classificações	704
3.4.2. Controle de mérito	684	6.3.3. Legitimidade ativa e pas- siva	705
4. CONTROLE ADMINISTRATIVO	684	6.3.4. Competência e honorá- rios	707
4.1. Autotutela e tutela	684	6.3.5. Coisa Julgada, litispendên- cia, desistência e liminares	708
4.2. Controle interno previsto na constituição	685	6.3.6. Pedido de suspensão de segurança	709
4.3. Direito de petição	686	6.4. Mandado de Injunção	709
4.3.1. Representação	687	6.5. <i>Habeas Data</i>	712
4.3.2. Reclamação	687	6.6. Ação Popular	715
4.3.3. Pedido de reconsidera- ção	688		
4.3.4. Recurso administrativo ..	688		
5. CONTROLE LEGISLATIVO	690		
5.1. Controle parlamentar direto	692	CAPÍTULO 14 – PROCESSO ADMINISTRA- TIVO	727
5.2. Controle pelos Tribunais de Contas	693	1. COMO ESTUDAR PROCESSO AD- MINISTRATIVO	727
5.2.1. Emitir parecer prévio so- bre as contas do Presi- dente da República	694	2. INTRODUÇÃO	727
5.2.2. Julgar as contas dos ad- ministradores de recursos públicos	695	2.1. Jurisdição una e coisa julgada administrativa	728
5.2.3. Apreciar a legalidade da admissão de pessoal e as concessões de apo- sentadoria, reformas e pensões	697	2.2. Abrangência de aplicação da Lei federal 9.784/99	729
5.2.4. Assinar prazo para cum- primento da lei e sustar ato administrativo	699	2.3. Finalidades do processo admi- nistrativo	730
6. CONTROLE JUDICIAL	700	3. PRINCÍPIOS	731
6.1. Amplitude do controle nos atos discrecionários	700	3.1. Princípio da oficialidade	731
		3.2. Princípio do informalismo	732
		3.3. Princípio da instrumentalidade de formas	732
		3.4. Princípio da verdade real (ma- terial)	733
		3.5. Princípio da gratuidade	733

4. DIREITOS E DEVERES DOS ADMINISTRADOS	734	3.1. Classificação de Celso Antônio Bandeira de Mello	759
5. TRÂMITE DO PROCESSO	736	3.1.1. Agentes políticos	759
5.1. Instauração	736	3.1.2. Servidores estatais	760
5.1.1. Interessados (legitimados)	737	3.1.3. Particulares em colaboração com o Poder Público	761
5.1.2. Competência	737	3.2. Classificação de Hely Lopes Meirelles	762
5.1.3. Impedimento e suspeição	738	3.2.1. Agentes políticos	762
5.2. Instrução	739	3.2.2. Agentes administrativos	762
5.2.1. Consulta pública	740	3.2.3. Agentes honoríficos	762
5.2.2. Audiência pública	741	3.2.4. Agentes delegados	763
5.2.3. Intimação para provas e diligências	741	3.2.5. Agentes credenciados ...	763
5.2.4. Parecer	742	3.3. Agentes públicos de fato	764
5.2.5. Encerramento da fase de instrução	742	4. CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS	764
5.2.6. Providências acauteladoras	742	4.1. Cargo público	764
5.3. Decisão	743	4.1.1. Cargo público efetivo x cargo público em comissão	765
6. ATOS PROCESSUAIS	743	4.1.2. Classe, carreira e quadro	766
6.1. Comunicação dos atos processuais	745	4.2. Emprego público	768
6.2. Prazos processuais	746	4.3. Função pública	769
7. EXTINÇÃO DO PROCESSO	746	4.3.1. Cargo em comissão x função de confiança	769
8. RECURSOS ADMINISTRATIVOS	748	5. FIM DO REGIME JURÍDICO ÚNICO	770
9. DECISÃO COORDENADA	750	5.1. Inexistência de direito adquirido a regime jurídico	771
CAPÍTULO 15 – AGENTES PÚBLICOS	757	6. ACUMULAÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS	772
1. COMO ESTUDAR AGENTES PÚBLICOS	757	6.1. Compatibilidade de horários	774
2. CONCEITO	758	6.2. Obediência ao teto remuneratório	774
3. ESPÉCIES DE AGENTES PÚBLICOS	759	6.3. Hipóteses constitucionais de acumulação	775

6.3.1. Os casos previstos no art. 37, XVI	775	público do Ente Federativo	795
6.3.2. Acumulação para militares (EC 101/19)	776	8.7. Alteração de datas e horários de testes por motivos religiosos ..	795
6.3.3. Outras hipóteses de acumulação previstas na CF/88	778	8.8. Reserva de vagas para portadores de deficiências	796
6.3.4. Acumulação de aposentadorias e pensões	778	9. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA	798
7. DIREITO DE GREVE DOS AGENTES PÚBLICOS	780	9.1. Contrato temporário declarado nulo e pagamento de FGTS	799
8. CONCURSO PÚBLICO	782	10. ESTABILIDADE	800
8.1. Revisão das questões pelo poder judiciário	784	10.1. Efetividade x estabilidade	800
8.2. Fraude no concurso e direito a indenização	785	10.2. Prazo para aquisição (estágio probatório)	801
8.3. Prazo de validade do concurso	786	10.2.1. Avaliação pessoal de desempenho	802
8.3.1. Abertura de novo concurso no prazo de validade do anterior	787	10.2.2. Estabilização extraordinária (art. 19 da ADCT)	803
8.4. Casos em que não se exige concurso	787	10.3. Demissão e exoneração do servidor estável	805
8.5. Direito subjetivo à nomeação	788	10.4. Estabilidade x vitaliciedade	807
8.5.1. Situações excepcionais e ausência de nomeação ..	790	11. ANÁLISE DO ESTATUTO FEDERAL (LEI 8.112/90)	807
8.5.2. Nomeação tardia e direito a indenização	790	11.1. Provimento	808
8.6. (In)validade dos requisitos discriminatórios (idade, sexo, altura etc.)	791	11.1.1. Nomeação	810
8.6.1. Limitação de idade ou altura	791	11.1.2. Promoção	811
8.6.2. Restrição a candidatos com tatuagem	791	11.1.3. Readaptação	811
8.6.3. Teste de aptidão física ..	792	11.1.4. Reversão	812
8.6.4. Testes psicotécnico	793	11.1.5. Aproveitamento	813
8.6.5. Investigação social	794	11.1.6. Reintegração	813
8.6.6. Preferência para candidato que já é servidor		11.1.7. Recondução	815
		11.2. Posse e efetivo exercício	815
		11.3. Vacância	817
		11.3.1. Exoneração e demissão ..	817
		11.4. Remoção	819
		11.5. Redistribuição	821
		11.6. Vencimento e remuneração	822

11.6.1. Nomenclaturas mais comuns	824	13.3. Competência	847
11.6.2. Teto remuneratório	825	13.3.1. Comissão do PAD	847
11.6.3. Descontos na remuneração	828	13.4. Procedimento	849
11.6.4. Restituição de valores pagos indevidamente	829	13.4.1. Instauração	849
11.6.5. Pagamento retroativo em caso de mudança de orientação jurídica	831	13.4.2. Instrução	851
11.6.6. Pagamento de subsídio mensal e vitalício para ex-governadores e outras ex-autoridades	831	13.4.3. Defesa	853
11.6.7. Revisão Geral Anual	832	13.4.4. Relatório	854
11.7. Vantagens	832	13.4.5. Decisão	854
11.7.1. Indenizações	833	13.4.6. Medidas Cautelares no PAD	855
11.7.2. Gratificações e adicionais	835	13.5. Controle no PAD	855
11.8. Licenças	838	13.5.1. Recursos Administrativos	856
11.8.1. Por motivo de doença em pessoa da família	839	13.5.2. Controle Jurisdicional	857
11.8.2. Por motivo de afastamento do cônjuge	839	13.6. Meios sumários de apuração de infrações	858
11.8.3. Licença para o serviço militar	840	13.6.1. Sindicância	858
11.8.4. Licença para atividade política	840	13.6.2. Verdade Sabida e Termo de Declaração	859
11.8.5. Licença para capacitação	841	13.6.3. Inquérito Administrativo	859
11.8.6. Licença para tratar de interesses particulares	841	13.7. Prescrição	859
11.8.7. Licença para desempenho de mandato classista	841	13.8. Interface entre PAD, responsabilidade penal e improbidade administrativa	861
12. ABONO DE PERMANÊNCIA	842	CAPÍTULO 16 – BENS PÚBLICOS	871
13. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	842	1. COMO ESTUDAR BENS PÚBLICOS	871
13.1. Conceito e fundamentos	844	2. CONCEITO DE BENS PÚBLICOS	872
13.2. Objeto	846	2.1. Bens privados com características de bens públicos	873
		2.2. Diferença entre domínio patrimonial e domínio eminente	874
		3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS	875
		3.1. Quanto à titularidade	875
		3.1.1. Bens federais	876

3.1.2. Bens estaduais	877	8. PRINCIPAIS ESPÉCIES DE BENS PÚBLICOS	896
3.1.3. Bens municipais	877	8.1. Terras devolutas	896
3.2. Quanto à destinação	878	8.2. Terrenos de marinha e seus acrescidos	897
3.3. Quanto à disponibilidade	880	8.3. Terrenos das margens dos rios	898
4. AFETAÇÃO E DESAFETAÇÃO	881	8.4. Terras ocupadas pelos índios ..	898
5. CARACTERÍSTICAS DOS BENS PÚBLICOS	883	8.5. Ilhas	899
5.1. Inalienabilidade relativa	883	8.6. Plataforma continental e mar territorial	900
5.2. Impenhorabilidade	884	8.7. Faixa de fronteiras	900
5.3. Não-onerabilidade	885	8.8. Petróleo, demais recursos minerais e potenciais de energia hidráulica	901
5.4. Imprescritibilidade	885		
5.4.1. Utilização de ações possessórias em terras públicas	886		
5.4.2. Possibilidade de usucapão da enfiteuse	887		
6. AQUISIÇÃO DE BENS PÚBLICOS ..	888	CAPÍTULO 17 - INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA	907
6.1. Contratos	888	1. COMO ESTUDAR INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE	907
6.2. Usucapião	889	2. DIREITO DE PROPRIEDADE	908
6.3. Desapropriação	889	3. FUNDAMENTOS DA INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE	910
6.4. Acessão	890	3.1. Poder de polícia	910
6.5. Aquisição <i>causa mortis</i>	890	3.2. Domínio eminente	911
6.6. Resgate na enfiteuse	890	3.3. Demais fundamentos constitucionais	911
6.7. Aquisições por força de lei	890		
7. USO DE BENS PÚBLICOS POR PARTICULARES	891	4. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA	913
7.1. Autorização de uso	892	5. ESPÉCIES DE INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE	915
7.2. Permissão de uso	892	6. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA	915
7.3. Concessão de uso	893	6.1. Previsão legal	917
7.4. Concessão de direito real de uso	894	6.2. Constituição e extinção da servidão administrativa	917
7.5. Concessão de uso especial para fins de moradia	895	6.3. Direito a indenização	919
7.6. Cessão de uso	896	7. REQUISICÃO ADMINISTRATIVA	919

8. OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA	921	12.4. Procedimento da desapropriação	946
9. LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA	922	12.4.1. Competência para desapropriar	946
9.1. Direito a indenização	923	12.4.2. Fases do procedimento ...	947
10. TOMBAMENTO	924	12.4.3. Fase declaratória	948
11. ESPÉCIES DE TOMBAMENTO	926	12.4.4. Fase executória	950
11.1. Bens sujeitos ao tombamento ...	927	12.4.5. Mediação e arbitragem na desapropriação	951
11.2. Efeitos do tombamento	928	13. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO	952
11.3. Direito a indenização	931	13.1. Imissão provisória na posse	953
11.4. Procedimento	932	13.2. Sentença	957
11.5. Extinção	933	13.3. Correção monetária	957
12. DESAPROPRIAÇÃO	934	13.4. Juros compensatórios	958
12.1. Conceito	934	13.5. Juros moratórios	960
12.2. Objeto da desapropriação	934	13.5.1. Cumulação de juros	961
12.2.1. Desapropriação de bens públicos	934	13.6. Honorários advocatícios	961
12.2.2. Desapropriação de ações de empresas autorizadas pelo Governo Federal	935	13.7. Desapropriação indireta	962
12.2.3. Desapropriação do espaço aéreo e do subsolo ..	936	13.8. Prazo prescricional	964
12.2.4. Bens insuscetíveis de desapropriação	936	13.9. Legitimidade na desapropriação indireta	965
12.3. Pressupostos da desapropriação	937	13.10.	
12.3.1. Desapropriação comum	939	Cabimento de Ação Civil Pública para rediscutir a desapropriação	966
12.3.2. Desapropriação especial urbana	940	14. SITUAÇÕES ESPECÍFICAS NA DESAPROPRIAÇÃO	966
12.3.3. Desapropriação especial rural	941	14.1. Direito de extensão	966
12.3.4. Desapropriação confisco	944	14.2. Tredestinação e retrocessão	967
		14.3. Desapropriação por zona	969
		BIBLIOGRAFIA	981